

TEXTO PARA DISCUSSÃO

No. 584

A economia brasileira no Império,
1822-1889

Marcelo de Paiva Abreu
Luiz Aranha Correa do Lago



A economia brasileira no Império, 1822-1889¹

Marcelo de Paiva Abreu e Luiz Aranha Correa do Lago

Este capítulo sobre a economia imperial é de caráter introdutório e está dividido em dez seções, além desta introdução. O objetivo é colocar em perspectiva as análises mais detalhadas referentes à política econômica durante o período republicano que compõem os demais capítulos deste livro. As duas seções iniciais tratam de aspectos demográficos e do ritmo de crescimento durante o período imperial. A seção 3 considera as principais culturas agrícolas, sua evolução no tempo e distribuição regional, além de fazer referência aos outros setores de menor importância como indústria e mineração. As três seções seguintes abordam os fatores de produção relevantes na expansão da cultura cafeeira no Brasil imperial: trabalho, terra e capital. Nas seções 7, 8 e 9 são consideradas questões relacionadas ao comércio exterior, aos diferentes regimes monetários e às finanças públicas. A seção 10 conclui.

A partir da década de 1580, o Brasil, colônia portuguesa, tornou-se o principal produtor mundial de açúcar, com base no trabalho de escravos africanos, posição que manteve até a segunda metade do século XVII. A colônia também produzia fumo, madeiras e couros. Nas últimas décadas do século, a concorrência de colônias inglesas, francesas e holandesas no Caribe prejudicou a economia açucareira do Brasil, que perdeu sua hegemonia, mas a descoberta de ouro nos anos 1690 resultou em nova fase de prosperidade para a colônia. No século XVIII, o Brasil foi o maior produtor mundial de ouro, com cerca de 40% do volume total produzido entre 1701 e 1800, com produção estimada entre 800 e 900 toneladas (Morrisson, Barrandon e Morrisson (1999), p. 94, Pinto (1979), p. 114-117 e Morineau (1985), p. 145).

¹ Versão preliminar do capítulo 1 de nova edição, a sair, de *A Ordem do Progresso*. Neste capítulo são utilizados textos de trabalhos anteriores dos autores, principalmente Lago (1978), e, para temas monetários e financeiros, Abreu e Lago (2001).

Entre a vinda da família real para o Brasil, em 1808, e a independência, o café, cultivado no Sudeste, se tornou a terceira maior exportação em valor, excedida ainda pelas de açúcar e de algodão, ambas produzidas com trabalho escravo predominante nas grandes plantações. Em 1821-22, as exportações totais brasileiras teriam sido, em média, de 19.937 contos ou 4,2 milhões de libras (£), comparadas a £ 3,4 milhões em 1801-1803 (IBGE, *EHB*, 1990, p. 568 e Lago (1978), p. 663).

1.População

Na independência, em 1822, o Brasil tinha provavelmente uma população entre 4,5 e 4,8 milhões e cerca de um terço era escrava (inferências a partir de Oliveira (1866, pp. 159-199 e tabelas) e Mortara (1941), citados em IBGE, *EHB*, 1990, pp. 26 e 27). Em 1850, a população brasileira era de cerca de 7,5 milhões, com os escravos respondendo ainda por cerca de 30% do total (Furtado (2003), p. 115, Merrick e Graham (1980), pp. 46-47 e Mortara em IBGE, *EHB*, 1990, pp. 25 a 27). O censo de 1872 revelaria 10,1 milhões de habitantes, com a população escrava excedendo 1,5 milhão. O recenseamento de 1890 situou a população brasileira em 14,3 milhões. Três anos antes, em 1886/87, às vésperas da abolição da escravidão, ainda existiam pouco mais de 700 mil escravos.

Informações reconhecidamente deficientes, referentes a 1819, mostram o Nordeste como a região mais populosa, com cerca de 47% da população total, seguida da região cafeeira ou sudeste com cerca de 40%. O Sul teria pouco mais de 5%, o Norte talvez 4% e o Centro-Oeste 3%. Em 1872, dados censitários mostram o Nordeste com os quase mesmos 46,6%, as quatro províncias cafeeiras e a “Corte” com 40,7%, o Sul com 7,3% e o Norte e o Centro-Oeste com respectivamente 3,3% e 2,2% da população total. Em 1890, consolidou-se a perda relativa do Nordeste para 41,9%, participação já excedida pela da região cafeeira com 42,6%. Destacou-se no período o salto da população do Sul para 10%, enquanto as participações do Norte e do Centro-oeste se mantiveram praticamente inalteradas (IBGE, *EHB*, 1990, p. 34).

Enquanto por volta da independência o número de escravos era aproximadamente o mesmo no Nordeste e na região cafeeira, o total de escravos nesta última já era 75% mais elevado

do que no Nordeste em 1872, e cerca de 133% mais elevado em 1886-87. Os dados da matrícula dos escravos, “atualizados” de forma muitas vezes precária para 1886-87, mostram ainda no Nordeste cerca de 28,4% do total, enquanto a região cafeeira somava 65,6% e o Sul 2,4%.

Em 1821, um levantamento estatístico detalhado revelou população total de 112.695 habitantes na “Corte”, ou seja, na cidade do Rio de Janeiro. Salvador possivelmente tinha cerca de 70 mil habitantes e Recife de 25 a 30 mil. De acordo com o censo de 1872 apenas três cidades tinham mais de 100 mil habitantes. O Rio continuava sendo o maior centro urbano com 275 mil habitantes. Salvador era ainda a segunda maior cidade, com 129 mil habitantes, seguida de Recife com 117 mil. A percentagem de analfabetos era de 84,3% no Brasil como um todo. Em 1890, a cidade do Rio de Janeiro tinha 523 mil habitantes, Salvador, 174 mil, e Recife, 112 mil. São Paulo surgia como a quarta maior cidade do país com 65 mil habitantes. O índice de analfabetismo do país como um todo permanecia em torno de 85%.

2. Estimativas de produto

Dados sobre produto e renda no século XIX são extremamente precários. Consequentemente as estimativas existentes devem ser tomadas como aproximações bastante grosseiras. Até mesmo os dados sobre comércio exterior são pouco confiáveis. Apesar de existirem séries “oficiais” de comércio exterior a partir de 1821, compiladas no *Anuário Estatístico* do IBGE de 1939/40, um exame dos dados sugere que até 1839/40, muitas das séries agregadas são inferidas de indicadores parciais. Os dados referentes ao período 1840-1889, permitem estimar tendências, principalmente da produção agropecuária. No entanto, os dados sobre o setor secundário e sobre o setor terciário, que já deviam responder por cerca da metade do PIB em 1889, são muitas vezes de natureza qualitativa.

Optando por visão de muito longo prazo Coatsworth (1978, quadro 1) sugere uma taxa média anual de crescimento do PIB per capita do Brasil de 0,36% ao ano entre 1800 e 1860, e de 0,40% para o período 1860 a 1910 (contra 2% do México de 1860 a 1910,

Cárdenas Sánchez (2003), p. 318). Maddison (2006, p. 520), por sua vez, sugere taxa de 0,2% entre 1820 e 1870 e de 0,3% entre 1870 e 1913. Estimativa particularmente inaceitável é a de Engerman e Sokoloff (1997, p. 270) que apresentam taxa de crescimento do PIB per capita do Brasil de 0,4% entre 1800 e 1850, mas um declínio de 0,4% ao ano entre 1850 e 1913, incompatível com o crescimento da economia cafeeira e a diversificação da economia, que abarca também o período de prosperidade da borracha.

Contador e Haddad sugerem, para o sub-período 1862-1889, taxa de crescimento anual do PIB total de 2,68% e de 0,86% do PIB real per capita (Goldsmith (1986), p. 20). No entanto, esse índice, baseado em número limitado de séries a preços correntes, “tem a restrição de se basear num índice de preços inteiramente inadequado, além de depender de algumas hipóteses questionáveis sobre o funcionamento da (...) economia [do Brasil] no século passado” (IBGE, *EHB*, 1987, p. 88).

Furtado, após considerar que o produto per capita ficou praticamente estagnado na primeira metade do século XIX, e baseando-se em estatísticas do comércio exterior, estimou um crescimento da renda per capita da região cafeeira de 2,3% entre 1850 e 1900, e uma taxa de 1,5% ao ano para o país como um todo, que hoje parece muito otimista (Furtado (2003), pp. 153-155). As exportações per capita mantiveram-se em torno de £ 0,9-1,0/habitante até 1850, aumentando nas décadas de 1850 e 1860 para alcançar um novo patamar em torno de £1,7/habitante nas décadas de 1860, 1870 e 1880.

Goldsmith (1986, p. 8), baseando-se em séries bem mais detalhadas, mas também arbitrárias (média de índice de salários pagos, exportações mais importações, gastos governamentais do governo central e conceito de moeda M-2), também a preços correntes, mas com deflatores de qualidade discutível, sugere taxa de crescimento do PIB per capita de apenas 0,34% entre 1850 e 1889, e crescimento global anual do PIB à taxa de 2,04%.

Utilizando dólares de 1990, com a metodologia de Geary-Khamis, e projetando o PIB per capita retroativamente para anos passados Maddison (2006, p. 437-439, 465 e 520). estimou o PIB per capita brasileiro em 1820 em US\$ 646, contra US\$ 759 para o México e US\$ 1257 dólares para os EUA e a média de US\$ 1245 para doze países desenvolvidos da Europa Ocidental. Esses dados sugerem que o hiato entre o Brasil e os países mais

avancados não teria sido ainda muito apreciável naquele ano. Já para 1890, Maddison estimou para o Brasil um PIB per capita de US\$ 794 dólares, contra US\$ 2152 para a Argentina, e US\$ 1011 para o México, sendo as cifras correspondentes para o Reino Unido e os EUA respectivamente US\$ 4009 e US\$ 3392, o que indicaria crescimento bem mais lento do Brasil e aumento das disparidades em relação a outros países latino-americanos e a países desenvolvidos. De fato, a relação entre o PIB britânico e o brasileiro já excederia 5:1. Em suma, segundo tais dados, o PIB real per capita do Brasil teria aumentado apenas 22,9 % entre 1820 e 1890, ou seja, a uma taxa anual ligeiramente inferior a 0,3%.

Um intervalo amplo para a taxa de crescimento anual do PIB per capita entre 0,2 e 0,5% para o período imperial poderia ser adotado como conjectura razoável, com base nas evidências que sugerem importantes diferenças regionais. O Nordeste deve ter apresentado taxa de crescimento próxima a zero ou ligeiramente negativa entre 1822 e 1850, algum crescimento entre 1850 e o início dos anos 1870, e taxa provavelmente negativa entre 1875 e 1889. O Norte cresceu a taxas elevadas, da ordem de talvez 4% ao ano per capita, entre 1850 e 1889, mas a sua participação na população total era pequena, da ordem de 3%. O Sul do Brasil teria tido crescimento per capita ligeiramente positivo e a renda da região cafeeira talvez tenha crescido a uma taxa de longo prazo de 1,5 a 2% per capita que, com ponderação de cerca de 41%, teria contribuído para um crescimento per capita global de talvez 0,6% a 0,8%. A queda, durante parte do período, de renda per capita do Nordeste (ainda com 42% da população em 1890) pode ter reduzido esta taxa para cerca da metade. Uma taxa de crescimento para a economia como um todo de 0,3% ou até 0,4% ao ano para o período imperial como um todo parece plausível.

3. Atividade

3.1 Agricultura e regiões

Quando o Brasil alcançou a independência, o setor primário certamente respondia por grande parte do produto interno e das exportações, com predominância da agropecuária. Não existem estatísticas de produção agrícola para o século XIX. Os dados disponíveis

referem-se à exportação para mercados externos, que são uma aproximação da produção de artigos específicos, por excluirmos o consumo intra-provincial e o comércio de cabotagem ou por via terrestre para outras províncias. No período imperial três produtos agrícolas que tinham sido importantes no período colonial continuaram a ter grande relevância na pauta de exportações, o açúcar, o algodão e o fumo, mas o café ultrapassaria definitivamente o açúcar como o principal produto exportado, em termos de valor, no início da década de 1830. A predominância dos quatro produtos fica evidente de sua participação conjunta no total das exportações. Em 1821-22, com as ressalvas que os dados globais relativos a esses anos merecem, teriam respondido por 2/3 das exportações totais, sendo que couros e peles respondiam por outros 15%. Em meados do século, tomando-se a média do biênio 1849-50 e 1850-51, a participação dos quatro produtos alcançaria 81,7%, reduzindo-se no biênio 1888-1889 para 72,2%, em virtude da ascensão da borracha, que nesses últimos dois anos respondeu por 14,2% do valor exportado.

Em uma economia com crescimento demográfico superior a 1,5% ao ano, e com produtos de exportação também amplamente demandados no mercado interno, seria de esperar um aumento do consumo absoluto e até relativo desses mesmos produtos no próprio país. Com a possível exceção do café, pelo menos em termos de intensidade relativa, o aumento da população brasileira deve ter contribuído para uma redução apreciável da fração exportada de produtos tradicionais como o açúcar, o algodão e o fumo, e também de produtos da pecuária. Existem vários indicadores para o final do império, além de comentários de contemporâneos que confirmam essa tendência. Tanto no caso do açúcar quanto no do algodão, por exemplo, diante dos números de produção estimada e de exportações para o estrangeiro não é de se excluir a hipótese de que pelo menos de 1/4 a 1/3 da produção no final dos anos 1880 já eram consumidos no mercado doméstico, admitindo-se uma capacidade instalada de produção de açúcar entre 300 e 400 mil toneladas e uma produção de algodão entre 40 e 50 mil toneladas (Wyndham (1887), p. 36).

Na seção 7, abaixo, sobre comércio exterior, trata-se da evolução das exportações agrícolas. Nesta sub-seção o principal objetivo é registrar as conseqüências do aumento da importância relativa das exportações de café e, em menor medida, de borracha -- às

expensas das exportações de açúcar, algodão e couros e peles -- sobre a distribuição regional das exportações.

Entre o início e o fim do Império, a participação das exportações de café nas exportações totais aumentou de menos de 20% para mais de 60%. O café era produzido inicialmente apenas na província do Rio de Janeiro e, em menor medida, no norte de São Paulo. Ainda na década de 1840, o Rio de Janeiro respondia por quase 80% da exportação total, com 16% correspondendo a São Paulo e cerca de 6% a Minas. No início dos 1870, o Rio de Janeiro ainda exportava cerca de 55% do total de café, São Paulo cerca de 23% (dos quais 17% do Centro-Oeste Paulista) e Minas cerca de 14%. Nos anos 1880, o Rio de Janeiro ainda exportava quase 41% do café, São Paulo cerca de 35% (27% do Centro-Oeste paulista) e Minas Gerais cerca de 21%, sendo o Espírito Santo um produtor marginal com cerca de 4%.

A importância do açúcar nas exportações totais brasileiras caiu durante o Império de cerca de 30% para em torno de 10% das exportações totais. Por volta da independência, a província de Pernambuco respondia por cerca de 1/3 das exportações brasileiras de açúcar (42 mil toneladas), cabendo à Bahia cerca de 28%, ao Rio de Janeiro 1/4 e a São Paulo 1/8 do total. Em torno de 1850, o volume havia praticamente triplicado. No início da década, Pernambuco respondia por 43% do valor exportado seguido da Bahia (incluindo parte da produção de Sergipe) com 36% e de Alagoas, Rio de Janeiro, Paraíba e São Paulo com de 3 a 4% cada. Antes da grande seca, mantinha-se a predominância de Pernambuco, enquanto a produção de Rio de Janeiro e São Paulo passara a atender principalmente o consumo interno. Na primeira metade dos 1880, as exportações de açúcar alcançaram o seu pico no período imperial (329 mil toneladas em 1883-84, 228 mil toneladas em média no quinquênio), mas caíram significativamente no final da década para 106 mil toneladas (representando apenas 7,2% da exportação total). Nos últimos anos do império, Pernambuco permanecia como principal exportador, com cerca de metade do total, cabendo a Alagoas cerca de 15% a 20% do total, à Bahia talvez um pouco mais, e o restante, em partes iguais, a Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A importância do algodão nas exportações totais brasileiras caiu durante o Império de cerca de 21% para em torno de 4% das exportações totais. As exportações de algodão permaneceram em um patamar modesto entre os anos 1820 e o início dos anos 1850, em torno das 12-13 mil toneladas, com predomínio de Pernambuco e Maranhão. Começaram a crescer no final dos anos 1850 e, especialmente, com a “fome de algodão”, provocada pela guerra da Secessão nos EUA. O pico de quantidade exportada no Império foi alcançado no início dos 1870s com mais de 62 mil toneladas médias em 1871-72 e 1872-73, cabendo então pouco menos de 1/5 a São Paulo. A partir de então as exportações caíram; depois da seca de 1877-79 estavam de volta a um patamar de 12 mil toneladas. Nos anos 1880, as exportações oscilaram entre 34 e 14 mil toneladas, mas o consumo doméstico já se havia tornado muito relevante. Como já mencionado, as exportações tornaram-se indicador inadequado da evolução da produção de algodão.

Embora a participação das exportações de fumo nas exportações totais se tenha reduzido durante o Império, o seu volume aumentou gradativamente de cerca de 7 mil toneladas nos anos 1850 para mais de 20 mil toneladas nos anos 1880. O grosso das exportações tinha origem na Bahia: mais de 70% nos anos 1850 e mais de 80% no final dos 1880. Minas era um produtor relevante, mas sua produção era colocada no mercado brasileiro, como também parte da produção das colônias do Rio Grande do Sul. De forma similar, a importância das exportações de couros e peles caiu de 2/3 desde os anos 1820, representado cerca de 4% do total no final dos anos 1880. As quantidades exportadas dobraram entre os anos 1820 e o início dos anos 1880 até alcançar cerca de 23 mil toneladas e caíram para 20 mil toneladas no final da década, o Rio Grande do Sul se mantendo sempre como principal província produtora.

A borracha não foi inicialmente um produto importante na pauta de exportações do império. A partir da década de 1840, e principalmente dos anos 1850 as quantidades e valores aumentaram consideravelmente e o produto não só passou a ser a principal exportação da região amazônica, mas também um dos principais produtos de exportação do império. No início da década de 1850, o Pará exportava cerca de 1500 toneladas. No final da década de 1880, a Amazônia exportava cerca de 15 mil toneladas, e respondia por grande parte da oferta mundial do produto.

3.2 Indústria

O primeiro quarto de século da vida independente do Brasil foi marcado pelos importantes custos associados a concessões tanto à antiga metrópole, quanto à Grã-Bretanha, intermediária natural para a legitimação do novo regime. Houve compensação financeira do Brasil a Portugal, mas as concessões à Grã-Bretanha tiveram muito mais importância a mais longo prazo para a economia do Brasil independente.

O enorme poder de barganha da Grã-Bretanha resultou na renovação dos compromissos contraídos por Portugal em relação à escravidão – que serão tratados adiante – e à tarifa de importação. Em 1827, foram renovadas as disposições tarifárias de 1810, por 15 anos, sendo a tarifa de importação de 15% estendida a todas as nações. Embora a crítica à renovação da vigência da tarifa de importação 15% habitualmente enfatize os efeitos nocivos sobre competidores domésticos, cabem dúvidas sobre quais seriam as possibilidades efetivas de resposta da oferta doméstica no quadro de um regime protecionista alternativo. O fato é que – deixando de lado as exageradas referências ao desenvolvimento da indústria siderúrgica em Minas Gerais – não existiam as condições para que houvesse oferta doméstica relevante para competir com importações. Os custos do tratado foram essencialmente de natureza fiscal. Dada importância do imposto de importação na receita, comum a outras economias em desenvolvimento, a limitação tarifária gerou grande vulnerabilidade nas finanças públicas imperiais até meados da década de 1840. Só em 1845 o Brasil recuperaria graus de liberdade na definição de sua política comercial que permitiriam um aumento paulatino da tarifa de importação.²

A preponderância da agricultura na economia brasileira no período imperial era marcante. Embora o governo imperial tenha distribuído subsídios importantes a diversos estabelecimentos industriais, a indústria brasileira no império tinha peso econômico modesto, não obstante a importância, em alguns casos efêmera, de estabelecimentos isolados como o estaleiro de Ponta d'Areia, o Arsenal de Marinha e o Arsenal de Guerra (Mauá (1998), pp. 44-6 e 100-104 e Faria (1946), cap. VII). Havia uma indústria incipiente

² O caso brasileiro é contra-exemplo lapidar das teses de Platt (1968, pp. 312-6) quanto a uma possível postura do tipo “hands off” do governo britânico na América Latina quanto à defesa dos interesses de firmas britânicas.

na década de 1880 (Suzigan (2000)), muitas vezes em unidades pequenas ou até artesanais, incluindo principalmente processamento de alimentos, têxtil e vestuário, e bebidas, respondendo, talvez, por 10% do PIB. Em 1889, a contribuição da indústria doméstica para a oferta total de produtos têxteis de algodão, exatamente o setor classicamente pioneiro em outras experiências nacionais de substituição de importações, seria talvez de 15%.³ Um surto mais importante de industrialização no Brasil só ocorreria na esteira das políticas macroeconômicas expansionistas do início do regime republicano (ver Suzigan (2000)).

3.3 Mineração

As atividades de mineração no Brasil durante o Império – especialmente de ouro (Minas Gerais) e diamantes (Minas Gerais e Bahia) – alcançaram um pico na década de 1850 e depois declinaram lentamente. Tres empresas britânicas que se instalaram nas décadas de 1820 e 1830 tiveram algum sucesso na extração de ouro: a Imperial Brazilian Mining Company explorou a mina de Gongo Soco de 1828 a 1856, e a St John del Rey Mining Company operou sua mina de Morro Velho até a segunda metade do século XX, enquanto foi mais efêmera a Brazilian Mining Co., entre 1832 e 1844 (Stone (1987), p. 44D). Na década de 1840, as três companhias chegaram a produzir cerca de 1,5 toneladas de ouro por ano, cerca de 10% da produção nos melhores anos do período colonial (Lago (1978), p. 742-743). As exportações de ouro e diamantes declinaram de algo em torno de 5% das exportações totais na década de 1840 para menos de 1% no final da década de 1880.

3.4 Serviços

Os dados sobre o setor serviços são fragmentários, exceto o setor ferroviário que é tratado, juntamente com outros investimentos na infraestrutura de exportação, na seção 6. Basta mencionar que, partindo-se de pouco mais de 700 km em operação em 1870, mais de 8.000 km foram construídos até 1889. Os investimentos, inclusive estrangeiros, na provisão de serviços públicos, tornaram-se importantes à medida que aumentava a importância relativa

³ Sobre indústria no império ver Stein (1979), caps. 1-3, especialmente tabela, p. 21; Lago, Almeida e Lima (1979), seção II.1, especialmente quadro II.3 e Fishlow (1972), pp. 312-4).

da população urbana. Houve participação significativa de capital estrangeiro principalmente em companhias de iluminação a gás, e também em serviços de bondes e suprimento de água e esgotos desde a década de 1860.

Outros serviços também acompanharam certa diversificação da economia. O comércio de atacado e varejista e o serviço doméstico ocupavam centenas de milhares de pessoas. O setor público manteve dimensões modestas, possivelmente empregando menos de 20 mil funcionários, mesmo considerando todos os empregados em educação e justiça e os 10.710 funcionários públicos registrados pelo censo de 1872. A esses se somavam apenas 27716 militares. O Brasil teve precocemente um sistema postal público, que em 1880 contava 1.303 agências, quando já despachavam-se milhões de cartas (Adamson (1881), p. 613). No entanto, o predomínio do emprego rural, correspondendo a cerca de 2/3 da população economicamente ativa (IBGE, *EHB*, 1990, p. 72), limitava inevitavelmente o desenvolvimento do setor serviços.

4. Fatores de produção: trabalho

4.1 Imigração: trabalho assalariado

Entre 1822 e 1850 a imigração européia foi muito modesta, especialmente se comparada ao influxo de escravos africanos. Estatísticas incompletas mostram apenas 14.984 entradas de imigrantes livres no período (IBGE, *O Brasil em Números*, 1960, p. 12). Houve inicialmente, por parte do governo imperial, a tentativa de promover “colônias” agrícolas de imigrantes europeus, principalmente alemães e suíços, seguindo os exemplos de Nova Friburgo e de Leopoldina (Bahia), criadas sob D. João VI. Destaca-se o Rio Grande do Sul, na década de 1820, com 4.856 imigrantes. Mais tarde, o governo imperial promoveu a fundação de Petrópolis no Rio de Janeiro, em 1845, e Santa Isabel no Espírito Santo, em 1847, com imigrantes alemães. Houve também imigração espontânea para as principais cidades brasileiras, principalmente de portugueses.

Por volta de meados do século, quando se deu a interrupção do tráfico africano, houve dois tipos de iniciativas que resultaram em aumento da imigração européia na região cafeeira e no sul do Brasil. As colônias de “parceria”, iniciadas em 1847, representaram tentativa de

utilização do trabalho livre estrangeiro principalmente no cultivo de café e chegaram a absorver alguns milhares de “colonos”. Abusos da parte dos grandes proprietários e a origem muitas vezes não agrícola dos parceiros, que contribuíam para que estes ficassem endividados por longos períodos, resultaram em conflitos que desencorajaram os fazendeiros a financiar a vinda de novos colonos e estimularam restrições nos países de origem. No Sul, criaram-se colônias agrícolas de pequenos proprietários, por iniciativa pública (governos provincial e imperial) e privada, que foram muitas vezes bem sucedidas. Em contraste, algumas iniciativas públicas e privadas de colonização européia no Nordeste, a partir de 1850, não foram bem sucedidas.

A estatística oficial de imigração para o Brasil, que aponta 219.229 entradas brutas entre 1851 e 1870, envolve subestimação, conforme sugerido pelos dados de emigração dos países de origem.⁴ A imigração para São Paulo foi inicialmente modesta, com 6.413 entradas registradas entre 1851 e 1860 e outras 1.732 entre 1861 e 1870. A lei provincial de 3.3.1871 permitiu o auxílio a fazendeiros para “importar” trabalhadores europeus, dando preferência a imigrantes da Europa do Norte, sem grandes consequências imediatas. Quando a assembléia provincial de São Paulo autorizou o pagamento do custo integral das passagens, no início de 1884, abriu-se definitivamente o caminho para a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre europeu em maior escala. De fato, o governo provincial gastara com imigração, no início dos anos 1880, uma média de 50 contos por ano, que passaram a mais de 1.100 contos em 1886-87 (Costa (1966), p. 189-90).⁵

Entre 1871 e 1880, a estatística oficial para o Brasil como um todo aponta a entrada de 219.128 imigrantes, equivalente ao total das duas décadas anteriores, com média anual de quase 11 mil imigrantes, passando a nacionalidade italiana a predominar no final dos anos 1870. Entre 1881 e 1885, as entradas no Brasil alcançaram mais de 133 mil imigrantes, média anual de quase 27 mil, entrando mais de 32 mil em 1886. Foi entre 1887 e 1889, que a imigração aumentou consideravelmente, alcançando pelo menos 252 mil pessoas. Destas, cerca de 152 mil destinaram-se a São Paulo. Em 1888 e 1889 o governo imperial assinou sete contratos para a entrada de cerca de 775 mil imigrantes nos cinco anos

⁴ Não existem dados de imigração líquida para o período imperial.

⁵ Ao par de 27d/1\$000 a libra esterlina correspondia a Rs 8\$890.

seguintes, intervenção direta no mercado de trabalho, que criou uma oferta elástica de mão-de-obra estrangeira e que pode ter prejudicado a absorção de libertos e brasileiros natos pelo setor exportador.

4.2 Escravidão

Na primeira metade do século XIX, a importação de escravos para a “região cafeeira” respondeu, possivelmente, por mais de 2/3 das importações totais de escravos no Brasil, que alcançou aproximadamente um total de 1,3 milhões de pessoas. Durante esse mesmo período, as diferenças entre o Sul e a região cafeeira por um lado, e entre a região cafeeira e o Nordeste por outro, tornaram-se cada vez mais acentuadas em termos de oferta de mão-de-obra. Enquanto no Nordeste, que enfrentou preços desfavoráveis para seus principais produtos de exportação -- açúcar e algodão e, em menor escala, fumo e couros -- houve tendência à redução significativa da participação dos escravos na população total, na região cafeeira tal participação não apresentou tendência de declínio acentuado e a população escrava teve forte aumento em números absolutos.

Como parte do “preço da independência”, além das concessões feitas a Portugal, o Brasil negociou com a Grã-Bretanha honrar os compromissos anteriores de Portugal quanto ao tráfico de escravos e à tarifa de importação. O Brasil comprometeu-se, por convenção de 1826, a tornar o tráfico de escravos ilegal a partir de 1830. Durante quase 20 anos, a convenção foi letra morta, para “inglês ver”, mas, quando a Grã-Bretanha aboliu as preferências coloniais, no final da década de 1840, os lobbies açucareiros do Caribe, expostos à competição brasileira, estimularam o uso da Royal Navy, com base no Bill Aberdeen de 1845, para coibir o tráfico brasileiro (ver Drescher (2004)) . Em seguida a diversos incidentes graves, o governo imperial decidiu tornar o tráfico ilegal e reprimi-lo de fato em 1850.

A extinção do tráfico teve importantes efeitos sobre a oferta agregada de escravos no país: no contexto da taxa negativa de reprodução natural da população escrava e de crescente demanda pelos seus serviços, ocorreu forte aumento de preço dos escravos e intensificação

do tráfico interprovincial que, por sua vez, levou à concentração cada vez maior dos escravos na região cafeeira durante as duas décadas seguintes.

De fato, o fim do tráfico de escravos africanos teve duas conseqüências básicas no Nordeste: levou ao crescente emprego de mão-de-obra livre na produção de açúcar e de algodão e a significativas exportações interprovinciais de escravos, principalmente para a região cafeeira. Apesar da tendência favorável dos preços dos principais produtos do Nordeste na década de 1850, muitos proprietários de escravos da região, especialmente “os proprietários menores e mais necessitados”, foram atraídos pelos preços elevados oferecidos pelos seus escravos por agentes envolvidos no tráfico interprovincial e os venderam para as áreas cafeeiras. Esta saída prosseguiria nas décadas seguintes. Estima-se que o tráfico interprovincial, principalmente oriundo do Nordeste, teria envolvido cerca de 200 mil escravos, entre 1851 e 1881 (Slenes (1976), p. 138 e 169). Progressos semelhantes do trabalho livre se fizeram notar nas províncias de Mato Grosso e de Goiás, que continuavam a se concentrar basicamente na criação de gado e no cultivo de alimentos para consumo local.

A situação da região cafeeira, no entanto, era muito distinta. Inicialmente, os fazendeiros tentaram importar trabalhadores europeus à sua custa, com a esperança de que estes trabalhassem parte de suas plantações de café com base em contratos de parceria, suplementando o trabalho dos escravos, que continuariam a trabalhar em turmas em outras áreas separadas das fazendas.

No contrato de parceria, a família de imigrantes obrigava-se solidariamente a reembolsar as despesas do fazendeiro com sua viagem da Europa, bem como os juros das somas adiantadas. Por sua vez, o fazendeiro creditava na conta dos colonos metade do valor líquido da venda do café colhido dos pés sob sua responsabilidade, depois de deduzidas as despesas com processamento e transporte. Os colonos também tinham direito à metade dos lucros da venda de eventuais excedentes das colheitas de gêneros alimentícios que houvessem cultivado. Esperava-se dos colonos, portanto, que trabalhassem na fazenda até terem dinheiro suficiente para pagar a dívida de toda a família, e estes estavam sujeitos às estritas cláusulas da lei de 1837 relativa à locação de serviços de trabalhadores estrangeiros.

Esse sistema envolvia, portanto, grande dose de confiança dos colonos para com o fazendeiro, que mantinha sua contabilidade. Por diversas razões, entre as quais se destacam a própria lei de 1837 sobre contratos de trabalho, muito desfavorável para os trabalhadores, uma série de abusos de parte dos fazendeiros, bem como uma situação de endividamento quase permanente de numerosos “colonos”, falharam os contratos de parceria originais adotados nos anos 1840 a 1850 e restavam poucos trabalhadores europeus em fazendas de café nos anos 1860, apesar das mudanças contratuais em favor dos “colonos” que foram gradualmente implementadas em São Paulo.

A chamada “Lei do Ventre Livre”, Lei 2040 de 28 de setembro de 1871, que declarava livres todos os filhos de escravos nascidos após essa data (ditos ingênuos) e determinava a matrícula dos escravos eliminou qualquer possibilidade de se criarem condições para que crescesse a população escrava do país.

No Nordeste, a década de 1870 foi extremamente desfavorável. O fim do *boom* do algodão e as dificuldades enfrentadas pelo setor açucareiro, inclusive em virtude da moléstia da cana, resultaram em crises regionais que culminaram com a violenta seca de 1877-79, que provocou, direta e indiretamente, a morte de centenas de milhares de pessoas na região, emigração para a região amazônica e estimulou a exportação de escravos para a região cafeeira. No entanto, conscientes do perigo político da concentração de escravos na região cafeeira, os governos das províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro estabeleceram um imposto extremamente elevado sobre a importação interprovincial de escravos. Assim, paradoxalmente, um dos últimos fatores que favoreciam a subsistência da escravidão no Nordeste deixou de existir: a impossibilidade de exportar os escravos e a demanda limitada por trabalho escravo em nível local levou a uma rápida queda do seu preço e estimulou a libertação espontânea de todos os escravos como, por exemplo, no Ceará, em 1884.

Na região cafeeira, por ocasião da Lei do Ventre Livre, o cultivo do café e do açúcar continuava caracterizado pela utilização quase exclusiva da mão-de-obra escrava. Apenas uma fração dos poucos milhares de colonos europeus trazidos para trabalhar no cultivo do café no Rio de Janeiro e São Paulo ainda permanecia nas fazendas de café em 1870.

Foi só em 1884, quando São Paulo aprovou legislação que permitia à província pagar a passagem dos imigrantes estrangeiros, que foi removido o último obstáculo sério a seu emprego mais generalizado pelos fazendeiros de café. A entrada maciça de imigrantes estrangeiros em São Paulo entre 1887 e 1889, já referida, diante dos, no máximo, 107 mil escravos remanescentes, certamente apressou consideravelmente a transição para o trabalho assalariado. Os colonos por sua vez não eram assalariados ou “proletários” típicos, pois apesar de receberem quantia fixa para o trato dos cafezais, e quantia pré-acordada por unidade de café colhido, mantinham algum controle sobre a alocação do seu trabalho também para culturas em proveito próprio e mostraram grande mobilidade entre fazendas, apesar de claros casos de abusos de autoridade de certos grandes fazendeiros.

5. Fatores de produção: terra

A questão da disponibilidade, posse e distribuição de propriedade da terra em países de ocupação recente, como os EUA e a Austrália, mas também partes do Brasil, é muitas vezes enfocada com base na chamada “hipótese de Domar” (Domar (1970)) que tem origens nos escritos de Wakefield e Marx no século XIX. A versão extrema da hipótese afirma que “dos três elementos de uma estrutura agrária em estudo — terra livre, camponeses livres e proprietários de terras inativos (ou seja, que não trabalham na terra diretamente), dois elementos, mas nunca os três, podem existir simultaneamente”.

No Brasil, durante o período colonial, desde a fase das capitanias hereditárias no século XVI, a propriedade de terras foi concedida através de sesmarias (ou de datas para a mineração de ouro no século XVIII) a um número limitado de beneficiários teoricamente com condições de explorá-las adequadamente, prática que perduraria até o início do século XIX. Até então, uma relação terra-trabalho elevada nas áreas em que extensas doações de terra tinham sido feitas pelas autoridades coloniais fora acompanhada de ampla utilização de escravos no trabalho agrícola, caso tipicamente do Nordeste. Por outro lado, em todas as áreas em que a apropriação de terras por uma classe de grandes proprietários foi menos pronunciada ou não ocorreu, realmente prevaleceu o padrão esperado na presença de uma

relação terra-trabalho elevada, ou seja, o de pequenas propriedades familiares trabalhadas predominantemente por mão-de-obra livre como no sul do Brasil nas áreas colonizadas por “ilhéus” no século XVIII, e em muitas áreas de São Paulo onde, em 1818, 79,8% dos “fogos” não tinham escravos (Lago (1978), cap. 1).

A expansão do cultivo de café afetou fundamentalmente a ocupação da terra. Em poucas décadas, os fazendeiros de café receberam, sob a forma de sesmarias até 1822, compraram ou ocuparam de fato, grande parte do vasto vale do Paraíba e das áreas vizinhas (nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) em que se observavam condições favoráveis ao cultivo do café.

Muitas terras foram ocupadas sem título legal ao longo do processo de colonização do Brasil. Na realidade, na ausência de legislação clara e abrangente, a ocupação de novas terras deu-se através de simples posse, muitas vezes prevalecendo os mais fortes sobre os mais fracos. A coroa imperial perdera o poder de conceder sesmarias a partir de 1823. Durante quase três décadas, a assembléia do império não aprovou qualquer legislação para substituir o sistema colonial de concessão de terras. A chamada “Lei de Terras” foi aprovada pelo poder legislativo do Império com o objetivo de sanar o vazio legal existente. Essa lei de 18 de setembro de 1850 não impediu a usurpação posterior de terras públicas, já que o registro de propriedades levaria décadas para se efetivar e que não era possível o controle da situação de todas as terras públicas por uma repartição governamental competente (Dean (1971)).

Mas essa lei de 1850 seria essencial para consolidar a colonização do Sul do Brasil com base em pequenas propriedades de imigrantes em terras públicas não previamente alienadas. O sucesso da política de colonização nas províncias do Sul foi inegável. Por volta de 1870, já existiam milhares de famílias européias, principalmente alemãs, estabelecidas em pequenas propriedades rurais em diversas colônias públicas e privadas no sul do Brasil, produzindo excedentes apreciáveis de gêneros alimentícios para venda para outras províncias. Outras dezenas de milhares de imigrantes chegariam até o final do império, estendendo a área de pequenas propriedades com trabalho dos próprios colonos e suas famílias, como se esperaria com base na hipótese de Domar.

Na época da Abolição, a faixa costeira do Nordeste, onde se localizava a maioria das plantações de cana-de-açúcar, já se encontrava bastante densamente povoada em comparação ao Brasil como um todo. Na medida em que grandes proprietários controlavam boa parte da terra, o acesso à propriedade de terras por parte da população livre continuava difícil. A apropriação legal de vastas extensões de terras por uma classe comparativamente pequena de proprietários, reforçada pela proliferação de uma classe sem terras, à qual se agregaram posteriormente os libertos, contribuiu para que continuasse a existir, no final do período imperial, uma classe de proprietários inativos e latifundiários e uma classe de trabalhadores sem acesso à propriedade da terra (situação compatível com a hipótese de Domar), não se observando o surgimento de uma numerosa classe de pequenos produtores em estabelecimentos de tamanho familiar.

Em contraste com a política de colonização das províncias do Sul, a política governamental na região cafeeira teve objetivos bastante diversos a partir de 1870, buscando suprir “braços” para a grande lavoura. A “colonização” baseada na criação de pequenas propriedades com trabalho familiar se tornava, portanto, inviável, pelo menos em grande escala, e os governos locais se concentraram prioritariamente em fornecer trabalhadores às fazendas.

Com as exceções mencionadas, principalmente no sul do país, a estrutura fundiária resultante do período colonial, baseada principalmente em grandes propriedades, não se alterou significativamente ao longo do século XIX, nem como resultado da abolição da escravidão. As adaptações nos contratos dos colonos em São Paulo evitaram que os grandes proprietários tivessem que fracionar os seus domínios, e o Nordeste, Norte e o Centro-oeste continuaram a ser regiões com predomínio de grandes propriedades. Mesmo nas áreas cafeeiras mais antigas, a reconversão para criação de gado e novas culturas permitiu, muitas vezes, a preservação de propriedades comparativamente extensas.

6. Fatores de produção: capital

A crescente produção cafeeira gerou demanda por infraestrutura de exportação, incluindo ferrovias, portos, cabos telegráficos submarinos e empresas de navegação a vapor. Em um segundo momento, em meio ao processo de urbanização, investimentos expressivos foram realizados em empresas de serviços públicos: água, esgotos, gás e, mais adiante, transporte público, energia elétrica, telefones. Estes investimentos dependeram em parte da atração de investimento direto estrangeiro, essencialmente britânico até o final do Império.⁶

Além de investimento estrangeiro, houve investimento considerável do governo central, de governos provinciais e de capitalistas brasileiros, especialmente em ferrovias. Nestes investimentos ferroviários nacionais ocuparam posição destacada a Estrada de Ferro Central do Brasil, do governo imperial, com investimentos da ordem de £ 9,7 milhões no final do Império e as ferrovias privadas paulistas – Sorocabana, Mogiana e Ituana – com investimentos totais de £ 2,2 milhões (Branner (1887), pp. 8-9).

Em 1840, o investimento direto britânico no Brasil era muito modesto, com o estoque pouco excedendo £ 1 milhão. Com a introdução da política de garantia de taxas de retorno, discutida adiante, aumentou substancialmente a partir da década de 1860, alcançando £ 7,3 milhões em 1865, £ 10,6 milhões em 1875, £ 24,4 milhões em 1885 e £ 40,6 milhões em meados da década de 1890 (ver tabela 1.1), montante que na América Latina era excedido apenas pelos investimentos na Argentina. Os investimentos ferroviários corresponderam a uma fração crescente dos investimentos diretos totais, alcançando mais de 80% na década de 1890, com o número de ferrovias britânicas em operação no Brasil aumentando de 3, em 1865, para 14 em 1885 (Stone (1977) e (1987)). Apesar da sua predominância como fornecedora de capitais, a Grã-Bretanha sofria forte concorrência no fornecimento de locomotivas e trilhos (Wyndham (1889), p. 23).

O investimento estrangeiro na indústria de transformação permaneceu comparativamente modesto (Wyndham (1889), p. 38). Em 1889, o capital conjunto de 35 empresas industriais cotadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro era de 36,2 mil contos ou £ 4 milhões, principalmente de origem nacional (Cattapan-Reuter (1984), p.58-59). Mas investimentos

⁶ Embora existissem firmas estrangeiras não britânicas as estimativas sobre seu estoque de capital são notoriamente precárias e é improvável que fossem muito significativas. Ver Graham (1968), p. 305.

diretos estrangeiros foram também importantes em setores para os quais é difícil definir distribuição geográfica precisa entre diversos países da América Latina, em especial bancos, companhias de navegação e cabos submarinos. O investimento em bancos será tratado na seção 8 abaixo. As empresas de navegação mais importantes na época do Império eram as britânicas Royal Mail (desde a década de 1860), Amazon Steam e Lamport & Holt, que asseguravam linhas entre portos brasileiros, inclusive na Amazônia, e a Europa e os EUA. Embora houvesse competição, principalmente de linhas francesas, alemãs e norte-americanas, a posição britânica era dominante (Graham (1968), pp. 89-91 e Stone (1987)). Na navegação a vapor interior e na cabotagem, tendia a predominar o capital nacional, inclusive com subsídios do governo, caso da Companhia Nacional de Navegação a Vapor, mas a empresa criada por Mauá na região amazônica, acabou comprada por capital britânico. A partir dos anos 1870 foram estabelecidas linhas telegráficas para a Europa e os Estados Unidos. As linhas submarinas foram constituídas por companhias britânicas, sendo o primeiro cabo submarino para a Europa instalado em 1874 (Haring (1958), p. 69). A Brazilian Submarine Telegraph Co. foi responsável pelas linhas transatlânticas, e a Western and Brazilian Telegraph pelas linhas marítimas costeiras (Graham (1968), p. 303). Houve também investimento público, especialmente em linhas telegráficas terrestres.

O sistema de garantias de taxas de retorno foi amplamente utilizado pelo governo Imperial para competir com outros países primário-exportadores na atração de investimento direto estrangeiro. A expansão da infraestrutura dependeu de tais políticas: ferrovias, portos, cabos submarinos, empresas de navegação e de serviços públicos urbanos, entre outros investimentos. Só em 1902 as garantias ferroviárias foram rescindidas com o pagamento de indenização aos investidores. O ônus das garantias de taxas mínimas de retorno era frequentemente repartido entre os governos central e provinciais. Tipicamente no caso das ferrovias a taxa de retorno garantida era de 7% (cabendo frequentemente 5% ao governo imperial e 2% às províncias) comparado ao retorno dos títulos da dívida pública britânica que oscilou entre 2,4% e 3,4% entre 1860 e 1902. As raras empresas altamente lucrativas repartiam lucros com o governo acima de um taxa pré-determinada e podiam redefinir o

contrato inicial depois de quitar as garantias pagas pelo governo a partir de sua implantação (Graham (1968), pp. 149-159, Rodrigues (1902) e Monteiro (1993)).

O benefício para o país da política de garantia de juros é objeto de controvérsia. Sob vários aspectos as ferrovias representaram importantes ganhos para a economia brasileira. Para os usuários, o aumento da capacidade, rapidez e pontualidade do transporte e alcance de áreas menos acessíveis, com custos reduzidos, para não falar da maior comodidade do ainda limitado número de passageiros, deve ter correspondido a um elevado retorno social. Quanto a fretes, basta mencionar que no Nordeste, nos anos 1860, trazer um fardo de algodão a dorso de mula do interior para a costa custava outro fardo, ou 100% do valor do produto. Em 1878, o frete ferroviário do interior de Pernambuco para Recife já caíra para 25 a 30% do preço do algodão (Branner (1885), p. 25). Evidências para São Paulo, por volta de 1887, sugerem um frete ferroviário equivalente a $\frac{1}{4}$ do custo do transporte das mesmas toneladas/km com os meios tradicionais de carroças ou tropas de mulas, o que resultaria em apreciável “poupança social direta” das ferrovias, que devem ter contribuído para ganhos de renda per capita, ao permitir a expansão das exportações e especialmente do setor cafeeiro (Summerhill (1998), p. 388). Quanto à rentabilidade das linhas, estas podiam apresentar lucratividade adequada enquanto o café representou parte apreciável da carga. Dentre as três ferrovias paulistas, Paulista, Mogiana e Sorocabana, esse parece ter sido o caso das duas primeiras até o final do período imperial (Saes (1976), pp. 77-85).

Isso não impede que se levante a questão de que o custo de construção e operação possa ter sido excessivamente elevado, principalmente em função da garantia de juros. De fato as estradas de ferro representaram o principal item de despesa do governo imperial a partir dos anos 1860 (Dean (1986), p. 713). Havia 16 empresas beneficiadas com garantias, com capital de £ 16,7 milhões e apenas 2,9 mil km de linhas dos 9,6 mil km existentes em 1889. Cumulativamente, o governo teria gasto em menos de 30 anos, até 1888, cerca de £ 11,3 milhões honrando garantias (Wyndham (1889), p. 48-49). Embora tenha havido casos de flagrante incompetência de investidores estrangeiros quanto a investimentos ferroviários que levaram a prejuízos, tais perdas são desprezíveis quando comparadas aos investimentos em engenhos centrais, principalmente no Nordeste, na década de 1880, sem dúvida o mais

retumbante fracasso do governo imperial na implementação de políticas públicas baseadas na garantia de taxas de retorno (Wyndham (1889), pp. 53-54, e Eisenberg (1974), cap. 5). Os engenhos centrais muitas vezes falharam em virtude do choque de interesses entre os empresários associados aos engenhos centrais, que necessitavam de grandes quantidades de cana para operar com escala eficiente, e os plantadores e senhores de engenho remanescentes, que tentavam não depender dos engenhos centrais para colocar a sua produção (Williams (1895), pp. 7 e 15). Já as usinas, principalmente de capital nacional, seriam bem sucedidas, principalmente na república.

7. Comércio exterior

A importância do Brasil como economia primário-exportadora pode ser avaliada com base na sua participação nas exportações mundiais totais. Dados muito precários indicam que houve queda importante desta participação nos primeiros vinte anos do império, talvez de algo em torno de 2,8% para cerca de 2%, estabilizando-se em seguida pouco abaixo deste patamar.⁷

As séries tradicionalmente aceitas de exportação e importação total no período imperial são sabidamente precárias, especialmente até 1839-40.⁸ A estrutura das exportações modificou-se consideravelmente no curso do Império, com significativa expansão da importância do café, especialmente antes de 1850, *pari passu* com a expansão da participação do Brasil no mercado mundial do café, que já correspondia à metade da oferta mundial em meados do século. Nos anos 1880, com a participação brasileira já em torno de 60% ficaria claro que os competidores asiáticos no mercado cafeeiro seriam duramente afetados pela ferrugem, abrindo espaço para a expansão espetacular da produção brasileira no período republicano (McCook (2006)). Paralelamente, as exportações brasileiras de açúcar perderam muito da sua importância relativa: mais de 21% do total mundial na década 1850, menos de 10% na

⁷ Estimativas usando dados de Maddison (1982), table F.6, Woodruff (1966), p. 313 e Mitchell e Deane (1971), pp. 472-3.

⁸ Os dados de comércio exterior imperial refletem valores oficiais e não os valores efetivos dos produtos principalmente no caso das importações. Os valores de importação são CIF (Cost, Insurance and Freight) e não FOB (Free on Board).

década de 1880. No final da década de 1880, o Brasil exportava apenas cerca de 30% mais açúcar do que no início da década de 1850. O mercado mundial de açúcar na segunda metade do século XIX foi dominado pela expansão muito mais rápida do açúcar de beterraba do que do açúcar de cana. Em 1850, o açúcar de beterraba teria correspondido a 16% do total, em 1870 a 35%, e a mais de 60% em 1890.⁹ As exportações de algodão tiveram comportamento similar às de açúcar, perdendo participação, embora não de forma tão significativa. Além disto, durante um período limitado, as exportações brasileiras de algodão se beneficiaram da fome de algodão na primeira metade dos anos 1860, decorrente do bloqueio da União à Confederação, que abarcava todos os estados produtores de algodão nos EUA. As exportações de borracha mostraram franca expansão após 1870, representando, já naquela década, cerca de 5% das exportações totais. Na última década do Império a borracha foi o terceiro principal produto de exportação do país, respondendo por 8% do total (ver tabela 1.1). O Brasil era então o maior produtor mundial respondendo por mais de 60% da oferta.¹⁰

Tabela 1.1

Brasil: setor externo, 1820s-1889

	1820	1830	1850	1870	1889
Investimento direto estrangeiro (milhões de libras) *	0	1,3 (1840)	7,3 (1865)	10,6 (1875)	40,6 (1895)
Dívida pública externa do governo central (1000 libras) **	-	5332	6133	12721	30400
Exportações (1000 libras) ***	4324 (1821)	3348	8121 (1850-51)	15430 (1870-71)	28552
Estrutura****					
Café (% do total)	18,4	43,8	48,1	56,6	61,5
Açúcar (% do total)	30,1	24,0	21,2	11,8	9,9
Algodão (% do total)	20,6	10,8	6,2	9,5	4,2
Couros e peles (% do total)	13,6	7,9	7,2	5,6	3,2
Borracha (% do total)	0,1	0,3	2,3	5,5	8,0
Destino****					
Grã-Bretanha	17,4 (1806)#	27,9 (1842-43)	35,5 (1852-53)	36,9 (1872-73)	13,0 (1901)

⁹ Deer (1949), p. 112 e Albert e Graves (1914), p. 12.

¹⁰ Sobre borracha ver Weinstein (1983) e Fernandes (2009).

(% do total)					
Estados Unidos (% do total)	0 (1806)#	16,6 (1842-43)	32,4 (1852-53)	29,3 (1872-73)	43,0 (1901)
França (% do total)	34,8 (1806)#	6,0 (1842-43)	6,1 (1852-53)	8,7 (1872-73)	11,7 (1901)
Alemanha (% do total)	17,1 (1806)#	11,8 (1842-43)	5,0 (1852-53)	7,6 (1872-73)	14,8 (1901)
Portugal (% do total)	100	7,5	4,1	6,2	6,0
Importações (1000 libras)***	4571 (1821)	4007	9215 (1850-51)	14925	24002
Origem****					
Grã-Bretanha (% do total)	40,0 (1806)#	48,4 (1842-43)	53,3 (1852-53)	51,5 (1872-73)	31,4 (1901)
Estados Unidos (% do total)	0,6 (1806)#	11,8 (1842-43)	8,5 (1852-53)	5,6 (1872-73)	12,4 (1901)
França (% do total)	7,8 (1806)#	12,0 (1842-43)	13,5 (1852-53)	14,6 (1872-73)	8,0 (1901)
Alemanha (% do total)	7,6 (1806)#	5,0 (1842-43)	5,9 (1852-53)	6,8 (1872-73)	9,4 (1901)
Portugal (% do total)	100	8,0	6,6	8,0	6,5

* Stone (1977). ** Bouças (1955). *** IBGE, *EHB*, 1990. **** IBGE, *Anuário*, 1939-1940. Médias por década. # Balbi (2004). Trata-se do destino das exportações portuguesas de produtos originários do Brasil e da origem das importações totais de Portugal. Por Alemanha, entre 1806 e 1850, entende-se Hamburgo, em 1806, e posteriormente portos hanseáticos.

A mudança na estrutura das exportações determinou em larga medida a sua reorientação geográfica, com a Grã-Bretanha, modesto mercado para o café, perdendo importância principalmente para os EUA, mas também para países da Europa continental. A partir de 1873, além disto, o café brasileiro teve assegurada livre entrada no mercado norte-americano com a implementação da política republicana da “free breakfast table”. No final dos 1880, o Brasil respondia por quase 70% das importações de café dos EUA. Em contraste, o café era pesadamente taxado na Europa através de imposto de importação ou impostos sobre consumo. As exportações para a Grã-Bretanha caíram desde meados do século de pouco mais de 1/3 do total das exportações para 1/6 ou 1/7 do total enquanto as exportações para os EUA tendiam a ultrapassar 40% do total (ver tabela 1.1).

A mudança da estrutura de origem das importações no período imperial refletiu o declínio da capacidade competitiva das importações britânicas paulatinamente substituídas por produtos concorrentes, especialmente da Alemanha e dos Estados Unidos. Em meados do

século correspondiam à metade das importações totais brasileiras e na virada para o século XX haviam caído para 31,4% (ver tabela 1.1). O Brasil dependia quase que exclusivamente de importações para o suprimento de um amplo leque de bens manufaturados. Em meados dos 1870 “artefatos de algodão” correspondiam a 27,5% das importações, bebidas a 18%, peixes a 10%, “artefatos de lã” a 6,6%, trigo e farinha de trigo a 5%, carvão a 3,9%. Máquinas respondiam por apenas 1,7% do total, embora sua importância tenha talvez dobrado na década de 1880 (Soares (1883)).

A tarifa brasileira aumentou significativamente no correr do Império. A proporção entre arrecadação de direitos de importação e o valor das importações permaneceu em torno de 17% nos 1830, cresceu rapidamente nos 1840, com a tarifa Alves Branco de 1844, permanecendo entre 25% e 30% até o final dos 1860. Depois disto, continuou a aumentar: primeiro para um patamar de 35-40% e depois alcançou quase 50%, no final dos 1880.¹¹

Os termos de intercâmbio entre 1830 e 1850, a julgar pelo comportamento dos preços mundiais de café e açúcar, que compunham $\frac{3}{4}$ da pauta de exportações brasileiras, bem como dos preços das exportações da Grã-Bretanha, melhoraram substancialmente, talvez algo da ordem de 50%, essencialmente movidos pelo barateamento das importações (Deer (1949), p. 531 e Mitchell e Deane (1971), p. 331). Entre 1850 e 1870, não houve grande alteração, mas em 1889 os termos de intercâmbio estavam 71% acima do nível de 1850. Enquanto o volume das exportações triplicou entre 1850 e 1889, o volume das importações cresceu 4,4 vezes (IBGE, *EHB*, 1990, p. 597). Considerando-se uma média trienal centrada em 1890, o Brasil não se destacava em termos de exportação per capita, com apenas US\$ 9,6 por habitante, enquanto as cifras correspondentes eram US\$ 32,4 para a Argentina, US\$ 20,3 para o Chile e US\$ 55,7 para Cuba, mas somente US\$ 4,4 no caso do México (Bulmer-Thomas (1994), p. 69).

8. Regimes monetários, câmbio e sistema financeiro

¹¹ Uma distorção importante desta medida é que o valor das importações é CIF, o que os eleva cerca de 10% em relação aos valores FOB na origem. A avaliação da tarifa com base nesta medida está, portanto, correspondentemente subestimada.

8.1. Regimes monetários

Depois da independência, o Banco do Brasil continuou a emitir cédulas que constituíam boa parte do meio circulante. Em 1829 não existia praticamente nenhuma circulação metálica, a não ser de cobre. Em vista da grande quantidade de moedas falsas de cobre, o governo permitiu a sua substituição, a partir de 1827, por cédulas. No quadro da lei de 1833, o Tesouro também emitiu cédulas para o troco da moeda de cobre que tiveram curso legal até 1837. Em 1834 e 1835, em meio à crise dita do “xemxem”, muitos governos provinciais impuseram contra-marcas, diminuindo o valor das moedas de cobre na tentativa de dificultar sua exportação (Trigueiros (1987), pp. 68-74). O governo se decidiria pelo monopólio de emissão do Tesouro, inicialmente entre 1835 e 1838 e depois entre 1866 e 1889 (ver Lissa (1987), pp. 13-14; Coimbra(1960), tomo IV, e Calógeras (1960), caps. 4 e 5). A década de 1830 foi marcada por escassez de moeda em um quadro em que a Lei de Gresham – a moeda má expulsa a boa – estimulou a expulsão de ouro, prata e cobre da circulação monetária e do país. A circulação metálica voltou a ser importante apenas no fim da década de 1840, com o reinício da cunhagem de ouro e de prata em maiores valores, mas somente até meados da década de 1860, com breve recuperação nos dois últimos anos do império.

O segundo sistema monetário do Império, envolvendo a quebra do padrão ou aviltamento (redução do conteúdo do metal precioso das moedas) da moeda metálica, durou em princípio de 1833 e 1846. No final da década de 1840, nova legislação estabeleceu novos padrões para a emissão de moedas de ouro e prata que permaneceriam até 1889 (ver Coimbra (1960), tomo IV, cap. XVI, Prober (1966), pp. 17-18, Trigueiros (1987), pp. 56-57, Calógeras (1960), cap. 5). Dado que a circulação metálica não correspondia a uma proporção expressiva da oferta de moeda, as oportunidades para apropriação relacionada à senhoriagem ou aviltamento da moeda metálica eram limitadas.¹² De fato, não houve erosão de direitos de propriedade relacionados à circulação metálica, talvez devido à melhora das contas públicas. Por outro lado, a expansão da circulação inconvertível pressionou os preços domésticos e representou a imposição de imposto inflacionário em benefício do governo nos períodos em que o Tesouro tinha o monopólio de emissão. Há

¹² Sobre senhoriagem nos 1850s e 1860s, ver Calógeras (1960), pp. 76, 81 e 82.

indicações, baseadas em índices de qualidade muito desigual, de que os preços pelo menos dobraram no Brasil entre 1830 e 1889. Assim, a inflação, medida por preços ao consumidor, embora muito inferior à que seria tipicamente registrada no período republicano, foi muito superior à registrada nas economias desenvolvidas.¹³

8.2 Câmbio e preços

A paridade legal do mil-réis foi quebrada, em 1833, de 67,5 pence/ mil-réis para 43,5 pence/mil-réis e, em 1846, para 27 pence/mil-réis.¹⁴ O câmbio flutuou de forma significativa durante o Império, embora em determinados períodos tenha sido mantido relativamente constante, notavelmente nos 1850 e em meados dos 1870 em torno do par. Houve contínua desvalorização até o início dos 1840, quando a taxa média anual manteve-se entre 25 e 29 pence/mil-réis. Alcançou a cotação mínima de 17 pence durante a guerra do Paraguai, recuperando-se para 25-27 pence em 1872-76. Com as dificuldades do final da década de 1870 ocorreu nova desvalorização, mas, após cair a 19 pence em 1884-1886, o mil-réis apreciou-se rapidamente no final do Império rumo ao par (ver tabela 1.2). De fato, em 1888-89 houve adesão formal ao padrão ouro à paridade de 27 pence/mil-réis, rapidamente abandonada com a proclamação da república. A depreciação cambial de 50 pence/mil-réis em 1823 para perto de 27 pence/mil-réis em 1889 foi aproximadamente em linha com a inflação estimada no período (ver tabela 1.2).

8.3 Sistema financeiro

O Banco do Brasil herdado da administração portuguesa, com poder de emissão, mas desprovido de suas reservas metálicas com a partida da corte portuguesa, foi liquidado em 1829 em meio a denúncias de gestão desastrosa (ver Calógeras (1960), caps. III e IV). Um novo Banco do Brasil surgiria apenas em 1853 quando, na esteira do novo Código

¹³ Ver, para preços pré-1870, Goldsmith (1984) e Buescu (1996), e para preços pós-1870, Catão (1992). Entre 1830 e 1889, os preços por atacado nos EUA (Bureau of Labor of Statistics) caíram cerca de 10% e o índice de preços Rousseaux para a Grã-Bretanha mais de 30%. Ver United States (1975), p. 201 e Mitchell e Deane (1971), pp. 471-2.

¹⁴ Uma libra esterlina pré-1970 continha 20 xelines (shillings). Um xelim continha 12 pence. Portanto, uma libra continha 240 pence. Na Grã-Bretanha tradicionalmente cota-se câmbio em termos de unidades de moeda estrangeira por unidade de moeda doméstica. Esta tradição vigorou no Brasil até 1930. Ver leis de 8.10.1833 e 11.9.1846 e Calógeras (1960), cap. 5.

Comercial de 1850, o Banco do Brasil de Mauá & Co foi transformado em Banco do Brasil controlado pelo governo. Ao longo do período imperial alguns serviços financeiros foram providos aos cafeicultores pelos comissários que operavam como agentes dos cafeicultores nos grandes centros (ver Laerne (1885), cap. 5 e Stein (1990), cap. 4), e também por grandes comerciantes aos senhores de engenho.

Após o fechamento do primeiro Banco do Brasil em 1829, e não levando em conta a Caixa Econômica fundada em Salvador, em 1834, bancos privados foram criados a partir de 1837, como o Banco Commercial do Rio de Janeiro fundado na Corte, e outros a partir da década de 1840, sendo alguns exemplos o Banco Commercial da Bahia (1847), o Banco Commercial do Maranhão (1846), o Banco Commercial do Pará (1847) e o Banco de Pernambuco (1851). Diversos bancos criados no final da década de 1850, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, no Recife e na Bahia, tiveram capacidade de emissão. Novos bancos foram criados nas décadas de 1860 e 1870, mas sem direito de emissão, entre outros o Banco de Campos (1863), o Commercial do Rio de Janeiro (1866) e o Rural e Hipotecário em 1868, com capital de 8.000 contos (Pelaez e Suzigan (1981), p. 117). De fato, em 1866, foi abolida a emissão bancária e o Tesouro Nacional assumiu o monopólio da capacidade emissora. Bancos estrangeiros, especialmente britânicos, adquiriram grande importância a partir da década de 1860. O London and Brazilian Bank foi fundado em 1862 com capital integralizado de £ 500 mil, mesmo capital do Brazilian and Portuguese Bank, fundado em 1863 e rebatizado English Bank of Rio de Janeiro, em 1866. Em 1880, os ativos dos dois bancos eram da ordem de £ 2 milhões, cada um. O Deutsche Brasilianische Bank, fundado no início dos 1870, fechou suas portas em 1875, mas o Brasilianische Bank für Deutschland foi fundado no final do período imperial (Joslin (1963)). Em 1880, o ativo do Banco do Brasil era da ordem de £ 17 milhões e os ativos agregados dos outros bancos brasileiros seriam da ordem de £ 19 milhões, sendo quase 53% correspondentes aos quatro maiores bancos (Predial, do Commercio, Rural e Hypothecario, Commercial) que tinham, portanto, em média, porte equivalente ao dos dois bancos britânicos (Ministério da Fazenda, *Relatório* 1880). Em 1888, o capital do Banco do Brasil alcançava cerca de £ 3,3 milhões, e o capital total dos bancos era estimado em £ 11 milhões, com depósitos da

ordem de £9 milhões. Os depósitos em cadernetas de poupança, principalmente no Rio de Janeiro e Bahia, eram avaliados em £ 2,3 milhões (Wyndham (1889), p. 3, 8 e 15).

Até a década de 1850, casas bancárias prevaleciam na intermediação financeira. A falência da casa bancária Souto e Cia, em 1864, levou a uma considerável queda de participação desse tipo de estabelecimento nos negócios bancários. De fato, as casas financeiras que se tinham tornado importantes na década de 1850 demonstraram ser extremamente vulneráveis às crises geradas no centro do sistema financeiro internacional em vista do grande descompasso entre os prazos de liquidação de seus depósitos e de suas aplicações. A crise comercial de 1857 gerou pesadas perdas, em parte atenuadas pela acomodação do Banco do Brasil, mas as casas financeiras continuaram suas atividades de grande risco financiando empresas de pouca solidez. A onda de falências em 1864 arrastou boa parte das casas financeiras do Rio de Janeiro com o passivo total de 110.500 contos, o que gerou na liquidação perdas da ordem de £7,5 milhões, equivalentes a 50% dos meios de pagamento em 1864. O passivo de A.J.A. Souto & Cia nesta crise de 1864 não era muito diferente dos £ 5 milhões de Overend, Gurney, no centro da crise do mercado londrino dois anos depois.

Nas décadas de 1850 e 1860 a proporção de papel moeda emitida pelos bancos aumentou até alcançar cerca de 80% do total em 1865-66. Houve a partir daí uma grande queda de importância das moedas metálicas no meio circulante (Calógeras (1960) e Trigueiros (1987), pp. 87-89). Embora o Banco do Brasil se tenha empenhado em minorar as consequências das crises de 1857 e 1864 (Pradez (1872), p.164), pairaram acusações de que ter-se-ia retraído em 1875, acarretando a quebra do Banco Mauá. Os depósitos bancários como proporção dos meios de pagamento aumentaram de menos de 10% em 1850 para cerca de 60% em 1889, enquanto, segundo dados que inspiram grandes reservas, os meios de pagamento ter-se-iam mantido em torno dos 20% do PNB no final da década de 1820 e no final da década de 1880 (Goldsmith (1984), pp. 36 and 44). A política monetária do Encilhamento nos anos iniciais da República baseou-se em parte na legislação aprovada ao apagar das luzes do Império, por influência dos “papelistas”, permitindo a emissão múltipla para enfrentar ao aumento da demanda por moeda associada à abolição da escravidão.

9. Finanças públicas

9.1 Receita

Houve bastante continuidade das instituições relacionadas às finanças públicas entre a colônia e o Brasil independente. Ainda em 1831, a legislação relativa a Tesourarias provinciais fazia referência à contratação de arrecadação de tributos por meio de leilões, embora o sistema estivesse fadado a desaparecer, em vista da eliminação do dízimo e do aumento da importância da taxa do comércio exterior.¹⁵

Durante todo o Império a receita do governo central dependeu crucialmente dos impostos relacionados ao comércio externo, principalmente sobre importações e exportações. (Straten-Ponthoz, 1854). Os custos de arrecadar impostos internos eram muito superiores aos relativos a impostos sobre comércio exterior, especialmente se o comércio é por via marítima.¹⁶ Resistências políticas impediam a taxa da propriedade ou do uso da terra. As chamadas taxas e direitos interiores incidiam sobre transações não relacionadas ao comércio exterior, tais como transferência de imóveis e escravos, contratos, heranças e propriedade de escravos com empregos urbanos. A participação do imposto de importação na receita ordinária do governo central depois de 1833 foi sempre superior a 50%, aumentando para quase 60% no final dos anos 1830 e quase 70% em meados dos anos 1850. Depois disto, reduziu-se, mantendo-se em torno de 50-60% até o final do Império. A taxa de exportação imperial depois de flutuar entre 5 e 7% na década de 1850 e início da década de 1860s, foi aumentada para 9% durante a guerra do Paraguai, voltando a 7% em meados dos anos 1870. Impostos sobre exportação arrecadados pelo governo central correspondiam a mais de 5% da receita total no início dos anos 1830, mas sua participação aumentou rapidamente até alcançar 25% no final da década. Depois de um recuo para 12% nos anos 1850, estabilizou-se em torno de 15-17%, só caindo no final dos anos 1880 de novo para 12%. Os impostos de importação e exportação combinados aumentaram sua participação na receita total do governo central de algo abaixo de 60% para mais de 80% no início da década de 1850. No fim do Império esta ainda era superior a 70% (ver tabela 1.2).

¹⁵ Lei de 8.10.1831. Ver Almeida (1922), pp. 8,14,18-20,33.

¹⁶ Isto explica a habitual contratação de impostos internos com contratadores privados, em contraste com os impostos sobre o comércio exterior, sempre arrecadados diretamente pelo governo. Ver North e Thomas (1973).

Embora novas taxas internas tenham sido criadas, a receita ainda dependia essencialmente do comércio exterior

Tabela 1.2

Brasil: Finanças públicas, 1820s-1889

	1820	1830	1850	1870	1889
Dívida pública interna do governo central (contos) *	-	13935	52452	234030	434785
Taxa de câmbio (pence/1\$000, média anual) **	49 (1822)	22,81	28,75	22,06	26,44
Preços por atacado (1913=100) ***	n.d.	33,5	38,1	71,6	64,7
Receita tributária: governo central****					
Imposto de importação (% do total)	48,7 (1823)	22,1 (1830-31)	62,7 (1850-51)	54,2 (1870-71)	59,2 (1888)
Imposto de exportação (% do total)	12,8 (1823)	7,1 (1830-31)	14,4 (1850-51)	15,3 (1870-71)	9,8 (1888)
Outros tributos (% do total)	38,5 (1823)	70,8 (1830-31)	22,9 (1850-51)	30,5 (1870-71)	31,0 (1888)

*Levy (1995) ** IBGE, *EHB* 1990. *** Buescu (1996), Goldsmith (1986) e Catão (1992). **** Carreira (1980).

Já foi mencionada a tendência ao aumento da tarifa de importação ao longo da história imperial até alcançar mais de 50% (equivalente ad valorem).¹⁷ A preeminência brasileira no mercado mundial de café, somada à inelasticidade preço da demanda pelo produto, tinha importantes implicações sobre a incidência da taxa sobre o café. Era reconhecido, já no século XIX, que a taxa das exportações de café provavelmente resultaria em aumento do preço mundial de café (ver Ridings (1994), p. 195, citando Ministério da Fazenda, *Relatório*, 1872, p.75 e 1879, Anexo B, p. 5-6). Além disto, pelas mesmas razões, aumentos da tarifa de importação no Brasil implicavam aumento dos custos de produção de café, com consequente impacto sobre a sua curva de oferta mundial e aumento de preços no mercado mundial, combinado com modesta redução das quantidades demandadas. A proteção alta tinha, é claro, um efeito regressivo desfavorável sobre a renda da população urbana que dependia de importações até mesmo no caso de bens salário (notadamente têxteis e alimentos). E também sobre as províncias exportadoras de outras commodities, pois o Brasil não tinha poder de mercado nestes outros mercados e, portanto, o aumento de custos

¹⁷ Levando em conta estimativas do valor FOB das importações.

de produção resultava em perda de “market share” e/ou queda de lucratividade. Similarmente taxar exportações em relação às quais o Brasil era um supridor marginal e cuja demanda era mais elástica do que a demanda por café, tais como açúcar e algodão, provavelmente reduzia o valor das exportações, pois o aumento do imposto de exportação não tinha qualquer impacto sobre os preços das commodities exportadas (ver Abreu e Bevilaqua (2000)).

Houve, no período imperial como um todo, uma tendência à desvalorização cambial, embora em 1889 a taxa de câmbio tivesse voltado à paridade de 1846. Desvalorizações cambiais tinham impacto desfavorável sobre os não-exportadores em geral, pois oneravam os preços de importações de bens de consumo e não havia aumento de sua receita em mil-réis. Os exportadores de commodities fora o café eram beneficiados, pois eram *price takers* e a sua receita refletia integralmente a desvalorização, enquanto apenas parte de seus custos de produção eram indexados ao câmbio. Já no caso dos produtores do café os efeitos eram mais complexos. Embora a desvalorização também resultasse em aumento da sua receita em mil-réis e incidisse, ao menos no curto prazo, apenas sobre parte de seus custos, a desvalorização, dado que o Brasil era *price maker*, tendia a enfraquecer o preço mundial de café, pois estimulava uma desova de estoques por parte de agentes interessados em realizar lucros.¹⁸

A taxação das províncias era importante. Evidência fragmentária indica que tais receitas correspondiam a cerca de 25% das receitas do governo central entre meados da década de 1840 e os 1880s (ver Carreira (1980) e Straten-Ponthoz (1854)). Taxar o comércio exterior também era atraente para as províncias. Embora a cobrança de impostos de importação provinciais fosse constitucionalmente ilegal, subterfúgios nos anos 1830 abriram caminho para a sua adoção. O Ato Adicional de 1834 permitiu a taxação provincial desde que não interferisse com a taxação do governo central. Determinar se taxas municipais ou provinciais poderiam interferir negativamente com as receitas do governo central tornou-se algo sujeito a interpretação (Nogueira (1987), pp. 64-65 e 86-88). A proibição de impostos

¹⁸ Pode ser imaginado, também, que a desvalorização cambial acarretava uma queda dos custos domésticos denominados em moeda estrangeira e, portanto, deslocamento da curva de oferta que gerava uma redução do preço mundial. Os efeitos de longo prazo dependiam crucialmente das decisões dos cafeicultores sobre a ampliação da capacidade produtiva, como ficaria claro na década de 1890.

provinciais de exportação, incluída no Ato Adicional, abriu implicitamente a brecha para a taxaço de importaço nas províncias. No início do período imperial, o governo central transferia recursos para as províncias e arcava com certos gastos, em vista da insuficiência de suas receitas. “O Governo imperial posava assim de pai magnânimo e compreensivo dos desmandos financeiros das províncias”, quando na visão de muitos era o principal beneficiário de um sistema que negava às províncias receitas que legitimamente lhes “pertenciam”. Não foi, portanto, surpreendente que as províncias adotassem, a partir dos 1840, taxaço ao consumo que, de fato, incidia sobre importaçoes interprovinciais ou do exterior (ver Veiga Filho (1898), pp. 112-113).

Em 1861, o Conselho de Estado proibiu a taxaço das importaçoes interprovinciais, mas isto não vingou inteiramente, como mostra a taxaço do comércio interprovincial de escravos, a partir do início da década de 1860, tanto nos estados importadores quanto nos exportadores. A recessão dos anos 1870 provocou queda abrupta dos preços de algodão e o aumento dos impostos provinciais de importaço no Nordeste que suscitou protestos de importadores e levou à reiteração das proibiçoes de taxar importaçoes nas províncias. Mas as províncias do Nordeste estavam mergulhadas em grave crise financeira e com a queda dos preços de suas exportaçoes forçando a reduço, ou eliminaço, da taxaço das exportaçoes, a imposiço de taxaço sobre as importaçoes tornou-se inevitável, embora disfarçada sob denominaçoes criativas, tais como taxa de desembarque e outras. A despeito de longos debates no Legislativo, no início da década de 1880, não houve acordo quanto a um novo critério de distribuiço das receitas em favor das províncias e o governo central fechou os olhos para a disseminaço de taxaço provincial das importaçoes, a despeito de sua ilegalidade. No início dos 1880s, estas taxas de importaço inconstitucionais correspondiam a 20%-30% das receitas das províncias do Nordeste (ver Melo (1984), pp. 249-250, 258-260 e 278-281).

A taxaço provincial das exportaçoes era expressiva em algumas províncias, alcançando, por exemplo, 13% sobre a borracha no Pará. Nos estados produtores de café era da ordem de 4%, mas, em 1888, as taxas provinciais, somadas à taxa imperial, somavam 13%. Igualmente, no Rio Grande do Sul, no mesmo ano, as exportaçoes de charque e couros pagavam 4% à província e 9% ao governo central (ver Ridings (1994), p. 197 e Wyndham

(1889), pp. 18-19 and 59). Nas províncias do Nordeste, em vista da concorrência sofrida pelas exportações de açúcar e de algodão no mercado mundial, não era possível taxá-las sem reduzir a quantidade exportada e produzida. Isto contrastava com a posição das províncias cafeeiras, pois, em vista da posição dominante do Brasil no mercado mundial de café, o ônus do aumento de taxaço da exportação podia ser transferido ao consumidor externo através de aumento de preços (ver Melo (1984), p. 250).

9.2. Despesa

O nível de despesas do governo central dependia em grande medida dos gastos militares relacionados a operações internas e externas. As despesas dos ministérios militares corresponderam a 50% dos gastos totais no fim dos anos 1820 com a guerra da Cisplatina e, mais ainda, nos anos 1830, com operações contra os separatistas no sul do Brasil. Nos anos mais pacíficos, entre a maioridade e a guerra do Paraguai, as despesas militares nunca caíram abaixo de 35%, e na guerra do Paraguai alcançaram 65% dos gastos totais. Segundo estimativas do final do império, o custo da guerra ter-se-ia situado no amplo intervalo de 40 a 60 milhões de libras esterlinas, e as baixas teriam alcançado 170 mil homens (Wyndham (1889), p. 8). Só depois de 1870, os gastos militares caíam para a região dos 20% dos gastos totais. Verificou-se déficit persistente nas contas do governo central durante o período imperial, em geral refletindo picos de gastos militares (ver Carreira (1980), pp. 627 e ss.). O Sul e a Corte contribuíam com dois terços da receita do governo central, em contraste com um terço do Norte e do Nordeste. A receita do governo central em São Paulo era de 7% do total, inferior à do Pará e à de Bahia e Pernambuco, mas a despesa era de apenas 2% do total. Em muitas províncias do Nordeste e do Norte, além de São Paulo, os balanços provinciais eram desfavoráveis, acarretando significativas transferências das províncias para o governo central. Isto se devia em parte à concentração de gastos militares nas regiões de fronteira no Sul e no Centro-Oeste (ver Carreira (1980), pp. 658-659 e Melo (1984), pp. 251-252).

Quando da Abolição, o governo imperial não indenizou os proprietários de escravos, muitos dos quais abraçaram então a causa da república. Foi decidida a concessão de empréstimos à grande lavoura com recursos públicos principalmente através do Banco do

Brasil, já que a rede bancária brasileira era muito pouco densa. A iniciativa teve alcance limitado e possivelmente beneficiou fazendeiros que tinham maior viabilidade, capazes de oferecer garantias adequadas, uma vez eliminada a possibilidade de utilização de escravos como colateral.

9.3 Dívida pública

Entre 1824 e 1889, a dívida externa brasileira aumentou de £ 5,1 milhões para £ 33,6 milhões (ver tabela 1.1). Cerca de 98% do total no final do Império correspondia a empréstimos denominados em libras lançados em Londres e 90% a empréstimos do governo central. A firma londrina N.M. Rothschild & Sons deteve o monopólio de emissão de empréstimos externos do governo central entre 1858 e 1908 e atuou também como agente pagador e comprador do governo brasileiro. Após o pesado endividamento do início da história independente, a dívida externa manteve-se praticamente estável em termos nominais até 1850, só então aumentando lentamente. A relação dívida-exportações, que alcançou quase 1,7 nos anos 1820, caiu a 0,42 em 1860 e no final do Império era de 1,18. A cotação dos títulos da dívida externa brasileira oscilou consideravelmente durante o Império: as cotações dos empréstimos Brasil 5% registraram um mínimo de 44 no final de 1831, mas durante certos períodos, como no final dos 1850, início dos 1860 e nos 1880s, superaram 100.¹⁹ Somente no final de 1888 províncias passaram a tomar empréstimos no exterior, notadamente São Paulo, Bahia e Pernambuco (Wyndham (1889), p. 9).

Embora boa parte da literatura especializada atribua ao Brasil um péssimo desempenho como devedor, tal avaliação é destituída de fundamento quando se refere ao período imperial. As distorções das avaliações devem-se em parte à concentração de interesse nos empréstimos norte-americanos que só ocorreram depois da Primeira Guerra Mundial, em parte à omissão do período anterior a 1850 quando, em contraste com o resto da América Latina, o Brasil não suspendeu o pagamento do serviço da dívida externa.²⁰ Enquanto as taxas internas de retorno de consols britânicos (títulos perpétuos da dívida pública)

¹⁹ No final dos 1880s, o governo imperial converteu a dívida lançada no período 1865-1886 a 5% em títulos de 4%.

²⁰ Ver em Abreu (2006) comentários sobre Eichengreen e Portes (1989), Jorgensen e Sachs (1989) e Lindert e Morton (1989). Para o boom da dívida latino-americana em 1824-25 ver Dawson (1998).

oscilaram entre 2,4% e 3,8% ao ano, as taxas internas de retorno dos títulos brasileiros lançados no Império oscilaram entre 3,9% e 10,1%.²¹

Em 1830, cerca de 80% da dívida total era externa, em 1850 a proporção havia caído para a metade. Houve um aumento nos anos 1860, mas em 1870 já era inferior a 40% e, em 1889, da mesma ordem (ver tabela 1.2). Nas décadas de 1850 e 1860, com a aceleração da inflação, o governo passou a lançar empréstimos internos denominados em mil-réis ouro, isto é, indexados ao câmbio ao par de 27d/1\$000. Um elemento importante de gastos do governo central era o serviço da dívida pública externa e interna. A proporção de gastos com o serviço da dívida caiu de cerca de 25% no final dos anos 1820 para 16-17% nos 1850 e 1860, permanecendo abaixo de 20% nos 1870 e ultrapassando 30% na década de 1880 (ver Levy (1995) e Pacheco (1979), pp. 145-6). Dados precários indicam que a dívida pública das províncias e municípios não era importante, talvez em torno de 7% da dívida total do governo central (ver Carreira (1980)).

Detentores de títulos da dívida interna sem indexação enfrentavam perdas potenciais devido à maior inflação no Brasil do que no resto do mundo. Como já mencionado, a inflação média anual brasileira entre 1830 e 1889 terá sido da ordem de 1,2% ao ano, enquanto a deflação norte-americana foi de 0,2% ao ano, gerando um diferencial de inflações da ordem de 1,4%, comparado ao diferencial de taxas de juros de 1-1,5% entre títulos da dívida interna e da dívida externa.²²

10. Conclusões

O PIB per capita brasileiro em 1820 seria comparável ao mexicano (cerca de 10% a 20% inferior) e corresponderia a pouco mais da metade do nível do PIB per capita dos EUA. Em 1890 havia perdido muito terreno: seria talvez $\frac{3}{4}$ do nível mexicano, pouco mais de $\frac{1}{3}$ do nível argentino e pouco mais de $\frac{1}{5}$ do nível dos EUA. Uma taxa de crescimento de 0,3% ou até 0,4% ao ano para o período imperial como um todo parece razoável, decorrente essencialmente do crescimento a 1,5-2% da renda per capita da zona cafeeira após 1850,

²¹ As taxas de retorno anuais dos empréstimos brasileiros foram também sempre superiores às taxas anuais referentes a consols, embora, naturalmente, com muito maior volatilidade. Ver Abreu (2006).

²² A deflação britânica, por seu lado, foi da ordem de 0,5% ao ano.

inicialmente no Rio de Janeiro e norte de São Paulo, e depois dos 1880 em Minas e, especialmente, no Centro-Oeste Paulista. Os anos 1850 e, algo surpreendentemente, a segunda metade dos 1880 provavelmente corresponderam aos períodos de expansão mais rápida da economia imperial, enquanto a década de 1870 ficou marcada pela Grande Seca no Nordeste.

A produção de café em grandes propriedades requereu a importação maciça de escravos e, após a proibição de fato do tráfico em 1850, a transição para a mão de obra assalariada. Foi um processo lento que só se acelerou nos 1880, quando foram aumentados os subsídios à imigração face à concorrência de outras economias importadoras de mão de obra.

A expansão do café foi acompanhada pela retração relativa, e em certos casos, absoluta da exportação/produção de commodities tradicionalmente exportadas pelo Nordeste como algodão, açúcar e fumo. A exportação de couros e peles também perdeu importância. A expansão da borracha na Amazônia ganharia mais força no período republicano.

A economia cafeeira, e em menor medida, outros polos de exportação, estimularam a criação de importante infraestrutura, em especial ferrovias públicas e privadas. Entre as ferrovias privadas parte foi estabelecida por empresários estrangeiros, parte por capitalistas nacionais. No final do período imperial, respondendo às demandas da urbanização, ganhou importância a provisão de serviços públicos urbanos, também com importante papel do capital estrangeiro. A industrialização foi incipiente no período imperial. Apenas em meados da década de 1880 começou a diminuir significativamente a penetração das importações de bens de consumo não duráveis, processo que vai amadurecer apenas na primeira década republicana.

Em paralelo com a expansão cafeeira aumentou a importância dos EUA como mercado brasileiro. A Grã-Bretanha perdeu paulatinamente participação nas importações totais brasileiras à medida que se expandiram as exportações de concorrentes, especialmente EUA e Alemanha.

Embora tenha havido substancial desvalorização do mil-réis no período imperial (50% da taxa denominada em pence/1\$000), a desvalorização foi modesta comparada à que se registrou na República Velha e, mais ainda, depois de 1930. O Brasil foi bom pagador da sua dívida externa, após as dificuldades iniciais na década de 1820. Em 1888 houve conversão de toda a dívida externa para aproveitar a excelente avaliação do crédito brasileiro e reduzir os juros pagos pelo governo imperial.

No plano político, ganharam força os interesses paulistas em detrimento dos interesses do Nordeste. Cresceu também, após a vitória na guerra do Paraguai, a influência dos militares republicanos, muitos deles positivistas. Em meio aos debates sobre a abolição e a república foi clara a erosão do “baianismo”, ou seja, da preponderância política “nortista”. As consequências econômicas da protelada abolição da escravidão e a fadiga das instituições imperiais levariam à proclamação da república e à rápida reversão do quadro econômico favorável da segunda metade da década de 1880.

Abreu, M. de P., “Brazil as a debtor, 1824-1931”, *Economic History Review*, 59 (4), novembro, 2006.

Abreu, M. de P. e Bevilaqua, A., “Brazil as an export economy, 1880-1930”, in E. Cardenas, J.A. Ocampo e R. Thorp (orgs.), *An Economic History of Twentieth-century Latin America*, v.1, *The Export Age*, Oxford: Palgrave e St. Antony’s College, 2000.

Abreu, M. de P. e Lago, L.A.C., do “Property rights and the fiscal and financial systems in Brazil” in M. Bordo e R. Cortés-Conde, *Transferring Wealth and Power from the Old to the New World*, Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

[Adamson, T.], Annual report ... Brazil, *United States Consular Reports*, Washington D.C.: Government Printing Office, 1881.

Albert, B. e Graves A. (orgs.), *The World Sugar Economy in War and Depression, 1914-40*, Londres e Nova York: Routledge, 1988.

Almeida, J. B. de, *História das Tesourarias da Fazenda e Delegacias Fiscais*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

Balbi, A. *Essai statistique sur le royaume de Portugal et D’Algarve*, 2 vols., Lisboa: Imprensa Nacional, 2004. Primeira edição, Paris: Chez Rey et Gravier, 1822.

Branner, J. C., *Cotton in the Empire of Brazil*, Washington: Government Printing Office, 1885,

Branner, J. C., *The Railways of Brazil: a statistical analysis*, Chicago: The Railway Age Publishing Co, 1887.

Brasil. Ministério da Fazenda, *Relatório*, Rio de Janeiro: vários anos.

[Bouças, V.], *Finanças do Brasil, volume XIX, Dívida externa. 1824-1945*, Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças, 1955.

Buescu, M., “A inflação brasileira durante o Império: um enfoque histórico”, *Carta Mensal*, Confederação Nacional de Comércio, 42 (500), novembro, 1996.

Bulmer-Thomas, V., *The Economic History of Latin America since Independence*, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

Calógeras, J. P., *Política monetária do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. Primeira edição, *La politique monétaire du Brésil*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

Cárdenas Sánchez, E. *Cuando se originó el atraso económico de México*, Madrid: Biblioteca Nueva, 2003

Carreira, L. de C., *História financeira e monetária do Império do Brasil*, 2 vols., Brasília: Senado Federal, 1980. Primeira edição, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

Catão, L.A.V., “A new wholesale price index for Brazil during the period 1870-1913”, *Revista Brasileira de Economia*, 46 (4), outubro, 1992.

Cattapan-Reuter, E. , “L’industrie à l’époque de l’Encilhamento”, in F. Mauro (org.), *La préindustrialisation du Brésil*, Paris: Editions du CNRS, 1984.

Coatsworth, J.H., “Obstacles to economic growth in nineteenth century Mexico”, *American Historical Review*, 83 (1), fevereiro, 1978.

Coimbra, A. da V., *Noções de numismática*, São Paulo: Coleção da Revista de História, tomo II, 1958; tomo III, 1959; tomo IV, 1960.

Costa, E. Viotti da, *Da senzala à colônia*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

Dawson, F.G., *The First Latin American Debt Crisis: The City of London and the 1822-25 loan bubble*, New Haven: Yale University Press, 1990.

Dean, W. “Latifundia and land-policy in nineteenth-century Brazil”, *Hispanic American Historical Review*, 51 (4), novembro, 1971.

Dean, W., 'The Brazilian economy, 1870-1930' in L. Bethell (org.), *The Cambridge History of Latin America. Volume V. c. 1870 to 1930*, Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

Deer, N., *The History of Sugar*, dois volumes, Londres: Chapman and Hall, 1949.

Domar, E., "The causes of slavery and serfdom : a hypothesis", *Journal of Economic History*, 30 (1), março, 1970.

Drescher, S., *The Mighty Experiment: Free labor versus slavery in British emancipation*, Oxford: Oxford University Press, 2004.

Eichengreen, B. e Portes, R., "After the deluge: Default, negotiation and readjustment during the interwar years", in B. Eichengreen e P.H. Lindert (orgs.), *The International Debt Crisis in Historical Perspective*, Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1989.

Eisenberg, P.L., *The Sugar Industry in Pernambuco. Modernization without change, 1840-1910*, Berkeley: California University Press, 1974.

Engerman, S.L e Sokoloff, K.L., "Factor endowments, institutions and differential paths of growth among New World economies" in S. Haber (org.), *How Latin America Fell Behind: Essays on the economic history of Brazil and Mexico, 1800-1914*, Stanford: Stanford University Press, 1997.

Faria, A., *Mauá 1813-1889*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1946.

Fernandes. F.T., "Institutions, geography and market Power: the political economy of rubber in the Brazilian Amazon, c. 1870-1910", tese de doutorado não publicada, London School of Economics, Londres, 2009.

Fishlow, A., "Origens e conseqüências do processo de substituição de importações no Brasil", *Estudos Econômicos*, 2 (6), dezembro, 1972.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) , *O Brasil em Números*, Rio de Janeiro: vários anos

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro: vários anos.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Estatísticas Históricas Brasileiras (EHB)*, primeira edição, Rio de Janeiro: FIBGE, 1987.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Estatísticas Históricas Brasileiras (EHB)*, segunda edição, Rio de Janeiro: FIBGE, 1990.

Furtado, C., *Formação econômica do Brasil*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

Goldsmith, R.W., *Brasil 1850-1984: Desenvolvimento financeiro sob um século de inflação*, São Paulo: Harper and Row, 1986.

Graham, R., *Britain and the Onset of Modernization in Brazil 1850-1914*, Cambridge: at the University Press, 1968.

Haring, C.H., *Empire in Brazil*, Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1958.

Jorgensen, E. e Sachs, J., "Default and renegotiation of Latin American foreign bonds in the interwar years", in B. Eichengreen e P.H. Lindert (orgs.), *The International Debt Crisis in International Perspective*, Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1989.

Joslin, D., *A Century of Banking in Latin America to Commemorate the Centenary in 1962 of The Bank of London & South America Limited*, London: Oxford University Press, 1963.

Laerne, C.F. van D., *Brazil and Java: Report on coffee-culture in America, Asia and Africa*, London: W.H. Allen, 1885.

Lindert, P. H. e Morton, P.J., "How sovereign debt has worked", in J.D. Sachs (org.), *Developing Country Debt and the World Economy*, Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

Lago, L.A. C. do, "The transition from slave to free labor in agriculture in the Southern and coffee regions of Brazil", Harvard University, tese de doutorado não publicada, Cambridge (Mass.), 1978

Lago, L. A. C. do, Almeida, F. L. de, e Lima, B. M. F. de, *A indústria brasileira de bens de capital*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

Levy, M.B., "The Brazilian public debt -- Domestic and foreign, 1824-1913" in R. Liehr (org.), *The Public Debt in Latin America in Historical Perspective*, Frankfurt e Madrid: Vervuert Iberoamericana, 1995.

Lissa, I.L., *Catálogo de papel moeda do Brasil*, Brasília: Gráfica Brasileira, 1987.

Maddison, A., *Phases of Capitalism Development*, Nova York: Oxford University Press, 1982.

Maddison, A., *The World Economy*, Paris: OECD, 2006.

Mauá, Visconde de, *Autobiografia: Exposição aos credores*, São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

McCook, S., "Global rust belt: *Hemileia vastatrix* and the ecological integration of world coffee production since 1850", *Journal of Global History*, 1 (2), 2006.

- Melo, E. C. de, *O norte agrário e o Império*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira/INL, 1984.
- Merrick, S. e Graham, D.H., *Population and Economic Development in Brazil: 1800 to the Present*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979.
- Mitchell, B.R. com a colaboração de P.Deane, *Abstract of British Historical Statistics*, Cambridge: at the University Press, 1971.
- Monteiro, R.M., “As garantias ferroviárias no Brasil: Uma análise dos *Rescission Bonds* e do resgate das estradas de ferro”, monografia de final de curso, Departamento de Economia, PUC, Rio de Janeiro, 1993.
- Morineau, M., *Incroyables gazettes et fabuleux métaux: Les retours des trésors américains d'après les gazettes hollandaises, 16e-18e siècles*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- Morrison, C., Barrandon, J-N., e Morrison, C. *Or du Brésil, monnaie et croissance en France au XVIIIe Siècle*, Paris: Editions CNRS, 1999.
- Mortara, G., “Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil”, *Revista Brasileira de Estatística*, ano II, 3 (5), janeiro, 1941.
- North, D. C. e Thomas, R.P., *The Rise of the Western World. A New Economics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1973.
- Nogueira, O., *A constituição de 1824*, Brasília: Centro de Ensino à Distância, 1987.
- Oliveira, A.R. Velloso de, “A igreja do Brasil”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XXIX, parte I, 1866.
- Pacheco, C., *História do Banco do Brasil (História financeira do Brasil desde 1808 até 1951)*. Volume III, [Rio de Janeiro]: Banco do Brasil, 1979.
- Pelaez, C.M. e Suzigan, W., *História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias*, Rio de Janeiro: IPEA, 1976
- Pinto, V. N., *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- Platt, D.C.M., *Finance, Trade and Politics in British Foreign Policy, 1815-1914*, Oxford: Oxford University Press, 1968.
- Pradez, C., *Nouvelles études sur le Brésil*, Paris: Ernest Thorin, 1872.
- Prober, K., *Catálogo das moedas brasileiras*, São Paulo: edição privada, 1966.

Ridings, E., *Business Interest Groups in Nineteenth-Century Brazil*, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

Rodrigues, J.C., *Resgate das Estradas de Ferro do Recife a S. Francisco e de outras que gozavam da garantia de juros. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr Joaquim Murtinho, Ministro da Fazenda ...*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

Saes, F.A.M. de, “Extensão e declínio das ferrovias paulistas: 1870-1940”, in Pelaez, C.M. e Buescu, M. (orgs.), *A moderna história econômica*, Rio de Janeiro: APEC, 1976.

Slenes, R.W., “The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888”, Stanford University, tese de doutorado não publicada, Stanford, 1978.

Soares, S.F., *Introdução retrospectiva da estatística do commercio marítimo do Brazil do exercício de 1874-1875*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

Stein, S.J., *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990. Primeira edição: *Vassouras. A Brazilian Coffee County, 1850-1900*, Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1957.

Stein, S.J., *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850-1950*, Rio de Janeiro: Campus, 1979. Primeira edição: *The Brazilian Cotton Manufacture: Textile enterprise in an underdeveloped area*, Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1957.

Stone, I., “British direct and portfolio investment in Latin America before 1914”, *Journal of Economic History*, 37 (3), setembro, 1977.

Stone, I., *The Composition and Distribution of British Investment in Latin America, 1865 to 1913*, Nova York: Garland, 1987.

Straten-Ponthoz, A. van der, *Le budget du Brésil ou recherches sur les ressources de cet empire dans leurs rapports avec les intérêts européens du commerce et de l'émigration*, primeiro tomo, Paris: Librairie d'Amyot, 1854.

Summerhill, W.R., “Market intervention in a backward economy: Railway subsidy in Brazil, 1854-1913,” *Economic History Review*, 53 (3), agosto, 1998.

Suzigan, W., *A indústria brasileira: origem e desenvolvimento*, São Paulo e Campinas: Hucitec/Unicamp, 2000.

Trigueiros, F. dos Santos, *Dinheiro no Brasil*, Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1987.

United States Department of Commerce. Bureau of the Census. *Bicentennial Edition. Historical Statistics of the United States. Colonial Times to 1970*, Washington D.C.: Government Printing Office, 1975.

Veiga Filho, J.P. da, *Manual da sciencia das finanças*, São Paulo: Typ. da Companhia Industrial de São Paulo, 1898.

Weinstein, B., *The Amazon Rubber Boom 1850-1920*, Stanford: Stanford University Press, 1987.

[Williams, A.L.G.], Report for the year 1894 on the trade of the consular district of Pernambuco, *Parliamentary Papers*, vol. 96, n° 1547, Londres: HMSO, 1895.

Woodruff, W., *Impact of Western Man. A study of Europe's role in the world economy, 1750-1960*, Londres: Macmillan, 1969.

[Wyndham, H.], Report for the years 1887 and 1888 on the Finances, Commerce and Agriculture of ... Brazil, *Parliamentary Papers*, vol. 78, n° 504, Londres: HMSO, 1889.

Departamento de Economia PUC-Rio
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rua Marques de São Vicente 225 - Rio de Janeiro 22453-900, RJ
Tel.(21) 35271078 Fax (21) 35271084
www.econ.puc-rio.br
flavia@econ.puc-rio.br